

TÍTULO

“Eu não olhei Sinhá”! Ditos e interditos de um corpo escravizado

Patricia Gouveia¹

1 “Página infeliz da nossa História”. Uma apresentação

Na webpage do Centre of Discourse Studies (CentreDS), criamos um espaço para colocar em circulação informes e produções de seus grupos de trabalho. No âmbito das discussões das linhas de pesquisa do grupo ‘Coletiva Conexões do Sul’ (CCS/CentreDS), inauguramos o espaço com este ‘*working paper*’; um exercício de revisitar o Brasil recorrendo à multimodalidade discursiva da canção “*Sinhá*”². Um discurso poético cujos fragmentos textuais desenhavam paisagens descritivas, cruelmente plásticas, retratando parte dos muitos paradoxos, contradições e dilemas de nossa formação político-social.

Esta sucinta interpretação é fruto de agendas convergentes, embora distintamente posicionadas³. Estruturada em quatro seções (apresentação, referências, interpretação e conclusão), em forma ensaística, disserta sobre a clássica dialética relacional entre ‘senhores’ e ‘escravizados’ pela captura reflexiva da poética letra de “*Sinhá*”.

A canção projeta condições e experiências cravadas no ‘eu-cativo’, traduzindo dimensões, menos ou mais visíveis, inscritas em sua subjetividade, considerando cinco níveis de manifestação de dinâmicas que encarnam representações subjetivas, culturais, significativas (simbólicas) projetadas sobre o ‘corpo’ e a ‘alma’ daquela vítima maior da escravização que, histórica e estruturalmente, nos forja: o ser escravizado, moldado via relações interraciais marcadas por arbítrios, abusos e agressões extremadas.

“Ah, esse Brasil tão brasileiro” cuja ‘biografia’ marca-se pela realidade e virtualidade da violência (física e simbólica) do sistema escravocrata que nos constitui como Estado e Sociedade. Uma história que em seu curso deslegitima e desumaniza parte significativa de seu povo⁴.

¹ Coordenadora fundadora do Grupo de trabalho ‘Coletiva Conexões do Sul’ (CCS - Espanha), do Centro de Estudos do Discurso de Barcelona (CentreDS). Pesquisadora do projeto “*Por Uma Linguística do Sensível: Perspectivas sobre linguagem e sociedade e o estatuto do corpo*”, coordenado por Viviane de Melo Resende (CNPq). Contato: patricia.gouveia@coursestudies.org

² “*Sinhá*” foi composta em 2011, numa esperada retomada de parceria entre João Bosco (música) e Chico Buarque (letra). Foi cantada por muitas pessoas com três letras distintas. Embora tão genial quanto a letra de Buarque, a bela melodia de Bosco (a parte musical, o violão e a harmonia) não será examinada. Neste ensaio, interpreta-se sua versão mais curta e popular. Aproveito para agradecer às leituras e comentários dos colegas Teun van Dijk, Claudio Magalhães, Viviane M. Resende e Emily B. Pereira.

³ A ideia partiu de dois contextos. A elaboração de trabalho final disciplinar (versão preliminar deste ensaio) do Curso de Especialização “*Repensando o Brasil: sociedade, política e história - RB3*”, do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), em convênio com a Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESPSP). A produção e divulgação de ‘*working papers*’, fruto da agenda dos grupos de trabalho do CentreDS.

⁴ Dentre muitos, ver Alencastro, 2010; Chauí, 2018; Souza, 2019, 2024; Schwartz, 2019 e 2024; Pareto, 2024; Castro Rocha, 2025; Gouveia, 2026a, 2026b.

Enfim, no rastro de uma crítica corrente, empenha-se aqui em ‘reinterpretar’ um Brasil ainda encoberto, que nos impele a revisitar páginas felizes e “infeliz[es] de nossa história”, em busca por compreender sensivelmente ‘quem somos’ e, sobretudo, ‘quem poderíamos ser’.

2 “Pra seguir minha jornada”. Escutas e leituras de referência

O material de referência – as leituras dirigidas do grupo de trabalho ‘Coletiva Conexões do Sul’(CCS/CentreDS) e as indicadas no curso de especialização – incitou revisitar textos e imagens cotidianas daquilo consagrado na tradição filosófica como a dialética relacional entre ‘senhores’ e ‘escravos’⁵ (Alencastro, 2010; Chauí, 2018; Souza, 2019 e 2024; Schwartz, 2019 e 2024, Rocha, 2025; Gouveia, 2026a)⁶.

Inspirado na análise crítico-literária e numa “interpretação densa” adaptada – para além do estrito âmbito etnográfico, consagrado por Clifford Geertz (1989 [1973]) –, explora-se níveis de contextualização textual, conforme propõe J. C. Castro Rocha⁷, para pensar e dar forma ao exercício interpretativo realizado. A proposta metodológica do analista define níveis de contextualização imprescindíveis à compreensão plena (holística) do texto analisado: *i.* pensá-lo como texto de si mesmo; *ii.* tomar a obra do autor como contexto à peça textual examinada; *iii.* conhecer sua (do autor) biblioteca pessoal; *iv.* caracterizar o contexto histórico-social do texto (Rocha, 2025).

Junto a isso, lança-se um olhar sobre a relação entre ‘subalternidade’ e ‘autoridade’ articulada à discussão de ‘processos de identificação’, compreendendo, dialeticamente, que dado ‘eu relacional’ comporta um corpo (físico, psíquico, social e cultural) que se forja em/a partir de sobrepostas e mediadas identidades intersubjetivas (Gouveia, 2026a).

Voltando à canção, para além dos arranjos contraditórios, paradoxalmente, o ‘eu-escravizado’ confirma sua identidade ‘escravo’ ao afirmar a de seu ‘senhor’ e ao negar-se e ser negado como ‘ser’. De forma trágica, avessos que se atraem, convivem e conformam na dinâmica relacional uma modular unidade de sentido. Algo ‘captado’ em muitas escutas e imagens de “*Sinhá*”; notadamente, no apelo por clemência de um ‘escravo’ cujo crime nem ele mesmo sabe se cometeu (Rocha, 2025; Gouveia, 2026a).

Então, sintetiza-se parte dessas leituras de referência com o propósito *de situar* importante e atual debate sobre *identidades* bem como *de lançar* pistas às argumentações

⁵ Para localizar a tradição, independente das críticas correntes, Hegel reflete sobre a questão do ‘reconhecimento’ através da metáfora filosófica do ‘Senhorio’ vs. ‘Escravidão’. Em seus termos, o Senhor precisa do Escravo para reconhecer-se como tal (e vice-versa). Máxima que revela a contradição interna de todo dispositivo de dominação, já que uma consciência (‘eu’) só se desenvolve na relação com o ‘outro’ (Oráculo, 17/04/2026).

⁶ A literatura consultada reúne saberes e diálogos plurais que entrecruzam sociólogos, antropólogos, historiadores, críticos culturais e psicanalistas. Motivado pela análise discursiva, atravessa-se os campos disciplinares da Sociologia Compreensiva e da Antropologia Interpretativa (Resende, 2024; Gouveia, 2026b).

⁷ Castro Rocha (2025) recorre ao método adaptado da “descrição densa para ler e interpretar documentos em profundidade, indo além da superfície dos textos — identificando camadas de significado, intenções, contextos e padrões discursivos” (Oráculo, 16/04/2026).

da última seção (uma interpretação de paisagens textuais que manifestam ditos e interditos de um corpo sujeitoado).

- **Processos de Identificação: singulares e subalternos**

Apesar de muitos encontros e interlocuções, recortam-se aqui referências de distintos campos disciplinares que relacionam questionamentos frequentes no grupo de trabalho ‘Coletiva Conexões do Sul’ - CCS/CentreDS (Resende, 2024; Gouveia, 2026b) com as discussões das disciplinas do curso ‘Repensando o Brasil’ - ICL/FESPSP (Pareto, 2024; Rocha, 2025). Nessa articulação, foram centrais as reflexões de Jesse de Souza – sobre a esfera moral do sujeito à sua ‘reinterpretação’ do Brasil e de nosso pensamento social (2019 e 2024)⁸ e de Douglas Barros – em seu exame crítico sobre as atuais demandas identitárias (2024)⁹ –, junto a outros que dialogam com a ‘questão da identidade’ (Oliveira, 2023; Nominé, 2018)¹⁰.

Mutatis mutandis, a temática em ‘questão’ encampa uma contenda clássica, acirrada em momentos históricos específicos, *desde* a valorização de qualidades essenciais e permanentes do ‘ser’ *até as* prerrogativas relacionais, afetivas e pragmáticas que compreendem os sujeitos como onto e dialeticamente seres em relação e em transformação (Gouveia, 2026a). Muitas perspectivas hoje ancoram-se na ideia do ‘eu’ como entidade temporal e espacial (referido em dado tempo e circunstâncias históricas) cujas práticas e representações evocam dinamicamente seus processos primários de socialização (Souza, 2016, 2019 e 2024; Oliveira, 2023; Barros, 2024).

No terreno da crítica social, a ‘questão da identidade’ atualiza-se de muitos modos¹¹; notadamente, ao pensarmos a extensão moral e, portanto, simbólica dos processos de identificação. Algo elaborado e reestruturado na esfera ‘significacional’, *mas* forjado objetivamente nas produção e reprodução da vida material (Geertz, 1989 [1973]; Souza, 2019 e 2024; Oliveira, 2023; Segal, 2023; Barros, 2024; Gouveia, 2026a, 2026b).

Então, não se trata propriamente de ‘identidade’, mas de ‘processos de identificação’ que se mostram (e manifestam) configurados intersubjetivamente (Nominé, 2018).

⁸ Souza (2019; 2024) discute ‘identidade’ pela dimensão moral do sujeito, refletindo como a demanda por ‘reconhecimento social’ (Hegel e a dialética Senhorio e Servidão) é crucial à compreensão de como pensamos, agem e sentem determinadas (inter)subjetividades.

⁹ Barros (2024) constrói uma crítica arguta e radical ao (ultra)identitarismo hoje vigente que engessa e instrumentaliza o predicativo identitário. Em tempos atuais, sublinha, isso resulta numa apolítica ‘desidentificação de si’ e ‘do outro’. E mais, acrescento, o que inibe e invisibiliza a elementar dimensão interrelacional de toda identidade.

¹⁰ Oliveira (2023) debate ‘identidade social’ relacionando o tema à discussão sobre direitos, ética e moralidade. Nominé (2018) faz uma distinção conceitual, definindo *identificação* como processo pelo qual dada *identidade* se constrói.

¹¹ Souza (2019, 2024) reconstrói e reinterpreta nossa desigualdade abissal ao explicitar a arqueologia da hierarquia moral do Ocidente, subjacente às subjetividades formatadas. Segundo ele, dado ‘aprendizado moral’ e dada demanda por ‘reconhecimento social’ são decisivas à constituição de sujeitos e seus processos de identificação. Domínios imprescindíveis à construção da autoestima e autoconfiança necessárias à sua movimentação ‘no’ e ‘pelo’ mundo. Barros (2024) sustenta que pensar ‘identitarismo’ exige discutir seus desdobramentos e implicações nos domínios político (as disputas por visibilidade, voz e políticas públicas), cultural (raça, nação, sexualidade e outros) e individual (identificação, linguagem e subjetividade).

Afinal, é no/pelo olhar e no/pelo discurso do ‘outro’ que vamos constituindo quem somos, ou pensamos ser (Gouveia, 2026a).

Dentre muitas críticas e polêmicas, uma ilusão ‘modernista’ sobre identidade propende a hiperbolizar a parte liberta, autossuficiente, independente e emancipada de quem é pensado e confirmado como ‘senhor de si’. O que torna intransparente, de forma menos ou mais explicitada, a outra parte da dinâmica relacional, posicionada objetiva e subjetivamente como submetida, sujeitada, dependente e cativa. E mais, generalizada e estigmatizada, (des)conhecida e (in)compreendida em seus próprios termos. Silêncios e invisibilidades recorrentes nada gratuitos, já que concorrem para que “tudo permaneça igual” (Chauí, 2018; Schwartz, 2018, 2024; Segal, 2023; Gouveia, 2026a).

Nessa miragem ideológica – à parte a dureza e perversidade das violação e violência físicas e simbólicas –, perde-se em muito a dimensão relacional que vai dando formas aos seres e às coisas (Segal, 2023). Portanto, tensionar analiticamente o jogo entre *identidades subalternizadas e subalternizantes* traz à baila outras dimensões que, ao final, incidem sobre moralidades, alteridades e relações sociais (Gouveia, 2026a).

Enfim, nos limites deste ensaio, o tensionamento construído inscreve-se na interpretação abreviada sobre o estatuto do corpo escravizado (a posição social e o ordenamento) apreendido em extratos discursivos de “*Sinhá*” que fazem irromper à cena uma voz sem escuta.

3 “É a parte que te cabe deste latifúndio”. Ditos e interditos do corpo e da alma

*“Se a dona se banhou / Eu não estava lá / Por Deus nosso senhor / Eu não olhei, Sinhá/
Estava lá na roça / Sou de olhar ninguém / Não tenho mais cobiça / Nem enxergo bem/
Para quê me pôr no tronco? / Para quê me aleijar? / Eu juro a vosmecê / Que nunca vi Sinhá/
Por que me faz tão mal? / Com olhos tão azuis / Me benzo com o sinal / Da santa cruz.*

*Eu só cheguei no açude / Atrás da sabiá / Olhava o arvoredado / Eu não olhei Sinhá/
Se a dona se despiu / Eu já andava além / Estava na moenda / Estava para Xerém/
Por que talhar meu corpo? / Eu não olhei, Sinhá / Para que que vosmencê / Meus olhos vai furar?/
Eu choro em iorubá / Mas oro por Jesus / Para que que vassuncê / Me tira a luz?*

*E assim vai se encerrar / O conto de um cantor / Com voz do pelourinho / E ares de senhor/
Cantor atormentado / Herdeiro sarará / Do nome e do renome / De um feroz senhor de engenho/
E das mandingas de um escravo / Que no engenho enfeitou Sinhá”.*

(grifos meus).

3.1 Um corpo interditado: _ “*Eu não olhei Sinhá ... Atrás da sabiá / Olhava o arvoredado / Eu não olhei, Sinhá*”.

A partir da metodologia de Castro Rocha (2025), reordenam-se os planos analíticos à contextualização da peça discursiva analisada ‘reenquadrando’ cenas e sentidos à peça interpretada. Como notificado, são quatro níveis contextuais por ele proposto: (i) pensar o texto analisado como texto de si mesmo; (ii) reconhecer a obra do autor como contexto do próprio texto; (iii) acessar às referências (a biblioteca pessoal) do autor; (iv) contextualizar histórica e socialmente a peça textual interpretada (Rocha, 2025).

Iniciando pelo *contexto histórico e social* (iv), constatamos a potência do diálogo entre passado e presente, próprio à reflexão histórica, instituída na pena do ‘autor-compositor’. A canção de 2011 remete-nos ao Brasil de diversos períodos históricos (colonial, imperial e republicano), embalado pela lógica escravocrata – dos engenhos de açúcar, passando pela “Casa-Grande e Senzala”, pelos “Sobrados e Mucambos” e atracando em “Xerém” –, ainda hoje encoberta pela retórica exaltada (falaciosa) de nossa suposta “democracia racial” (Alencastro, 2010; Schwartz, 2018, 2024; Souza, 2019, 2024; Pareto, 2024; Rocha, 2025). Inegável, portanto, o cronista está falando de um tempo de longa duração que se alastra e avança sobre nossa contemporaneidade (Gouveia, 2026a).

Outro aspecto é a ruptura discursiva com a visão ideal-típica e ideológica hegemônica na formação social brasileira (iii) – notadamente, na perspectiva de nossas elites econômicas e culturais – (Souza, 2019, 2024; Pareto, 2024; Rocha, 2025, dentre outros). A cantilena de que somos caracterizados por ‘cordialidades’ e por ‘convivências’ e convivências pacíficas’ (Chauí, 2018; Schwartz, 2018, 2024; Oliveira, 2023; Barros, 2024).

“De cabo a rabo”, a prosa do autor critica e denuncia essa cilada que nos marca – como em tantos outros trabalhos seus (ii)¹² –. Uma evidência, entre muitas, em “*Sinhá*”, é a constituição do escravizado como *corpo interdito*; impedido de ser, sentir, olhar. Portanto, matéria ‘fria’, desalmada, contida, negada em suas pulsões e vigiada, que contrasta com uma também ideologizada ‘carne quente’ do negro sentimental e sexualizado (ii e iii).

Assim, depara-se com uma mescla de emoções exaltadas, medo, pulsões e desejos sufocados, e com uma afirmação ressonante de alguém destituído de tudo, até do próprio olhar. O que se manifesta no testemunho do ser escravizado que, sob a pena do compositor, é ser tornado fonte e evidência histórica.

Ademais, um corpo naturalizado por ser associado à força bruta, destinado ao trabalho braçal, e por suposta afinidade e contiguidade à natureza, à paisagem. Talvez, um corpo que se pensa livre, apenas, quando ‘olha o arvoredo’ e ‘corre atrás da sabiá’, “do lado debaixo do Equador” (ii).

Aqui, um parêntese. Não passa despercebida a alusão à figura icônica de nossa ‘brasilidade’ (“sabiá”). O que indica outros níveis de contextualização: o *texto como contexto* (i), notadamente sua ‘intertextualidade’, *bem como* a presença da obra do autor na peça discursiva (ii).

Por um lado, traz-se ao diálogo outro poema (“Canção do Exílio”), já que “minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá” tornou-se símbolo de Brasil, de suas naturezas física e humana (Rocha, 2025). Paisagens de Debret que muitos olham, mas não enxergam porque buscam o ‘exótico’ e não a ‘diferença’ (Gouveia, 2026a). Por outro, a alusão transversal a outra ideia histórica e poeticamente muito representativa do Brasil do exílio, de outra ‘Sabiá’. A imagem do desterro daquele que já não pode se “deitar à sombra de uma palmeira que já não há”.

¹² Por exemplo, alguns (inter)textualmente aqui presentes, como “Paratodos”, “Vai Passar”, “Funeral de um Lavrador”, “Não Existe Pecado ao Sul do Equador”, “Sabiá” e “Construção”.

Por fim, uma interrogação. Afinal, para quem se dirige o apelo do escravizado? Ao patriarca *e/ou* à Sinhá? Com e sem vírgulas (i), nas três versões da canção acessadas, essa ambiguidade parece indicar o padrão relacional que rege nossas relações sociais. Seja ‘senhor’, seja ‘escravizado’, seja ‘sinhá’, em conjunto, em suas posições, todos reproduzem a lógica perversa de nossa mácula civilizacional (a escravização).

3.2 Um corpo embrutecido: _ “*Não tenho mais cobiça / Nem enxergo bem ... Estava na moenda / Estava para Xerém*”

Em continuidade à crítica e denúncia do autor daquilo que somos e fazemos diante de nosso ‘povo pobre e desumanizado’ (ii e iii), o compositor levanta a melancólica e envergonhada voz do escravizado, cuja autoconsciência afirma *quem* ele é, *conforme* é visto e *como* vê a si mesmo. Nada além de um corpo rude, calejado, esvaziado de desejos (objetivos e subjetivos, carnis e emocionais); igualmente, apenas um corpo deficiente e endurecido pelo trabalho incessante e desumano na “moenda” (Gouveia, 2026a).

Outra alusão expressiva é o uso do polissêmico substantivo ‘Xerém’. Figura de linguagem multimodal emprenhada de diversos significados, origens, cheiros e paisagens. Entre metáforas e metonímias, um termo que nos conduz a muitos lugares: à língua Yorubá, ao milho debulhado, ao prato típico e popular, à tradicional farinha portuguesa, ao mingau do Algarve e, inequivocadamente, nos leva ao Brasil. Uma parte de nosso país totalizado em “Xerém”¹³ que atravessa ‘localidades’. Afinal, todos esses sentidos nos remetem a referências contextuais e conjunturais exemplares (iv) de uma “vida seca” (Rocha, 2025): carente, desprovida, desgostosa, desiludida, penosa e periférica. A vida do povo pobre, do Zé Ninguém (Souza, 2019, 2024).

3.3 Um corpo supliciado: _ “*Para quê me pôr no tronco? / Para quê me aleijar? ... Por que me faz tão mal? ... Por que talhar meu corpo? ... Meus olhos vai furar?*”

Nessas paisagens cruéis, destacam-se tanto a crueza e a brutalidade do sistema escravocrata instituído, alçado sobre mandonismo, autoritarismo, patriarcalismo e violência, quanto a evidência de que castigos e punições violentos regem as relações raciais e interétnicas no sistema político-social escravista (Gouveia, 2026a).

Outra dimensão presente refere-se às sucessivas indagações dirigidas ao ‘patriarca’ (e/ou à senhora?). São muitas perguntas, súplicas e repetições deliberadas e intencionais na canção. O que faz parecer que, através dessas interpelações, indireta e transversalmente, o escravizado buscasse chamar ‘seu senhor’ (e/ou sua senhora?) à razão. Uma estratégia retórica para impedir o escalonamento do desvario perverso do patriarca *e/ou* da sinhá (Gouveia, 2026a).

Fragmentos que testificam o racismo multidimensional inscrito em nossa formação político-econômica e sociocultural e coisificam o povo negro e outros corpos

¹³ Famoso distrito da Baixada Fluminense (Duque de Caxias), no estado do Rio de Janeiro, expressão de cultura popular e das mazelas e desigualdades de nossa formação e experiência sociais.

objetificados e sujeitados, como pessoas pobres, indígenas, pardas e mulheres, dentre tantos (Gouveia, 2026a).

3.4 Um corpo convertido: _ “*Por Deus nosso senhor ... Me benzo com o sinal / Da santa cruz ... Eu choro em iorubá / Mas oro por Jesus ... E das mandingas de um escravo / Que no engenho enfeitiçou Sinhá*”

Numa rica e bela mistura de apelo e lamento, o corpo ‘doutrinado’ do ser escravizado vê-se obrigado a recusar e rejeitar sua própria fonte de conforto, de proteção, cultivada pelas crenças animistas que o remetem ao seu berço originário (iv). Fé, credo, devoção que representam modos de estar e pensar o mundo, onde natureza, humanos e outros seres interagem num campo extensivo de ‘pessoas humanas’ e ‘pessoas naturais’. Um contínuo em que nada é inerte, separado e desprovido de humanidade – essa mesma humanidade violenta e vorazmente negada ao cativo – (Gouveia, 2026a).

Antes e agora, isso é desvalorizado e desdenhosamente considerado ‘crendice’ (por quem não compreende nem compartilha essas práticas e perspectivas). Todavia, na pena do poeta, mostra-se sua potência relativa. Seja face à estratégia do escravizado de ‘barganhar’ sua própria ‘absolvição’, usando os signos e símbolos católicos; seja como demonstração de vigor e eficácia (simbólica) de seus feitiços sobre uma supostamente encantada ‘Sinhá’ (Gouveia, 2026a).

Outra forma de violência (simbólica) que a letra anuncia e denuncia é a autonegação do próprio legado cultural. Afinal, o escravizado é obrigado a recusar, burlar e esconder algo essencial à sua existência: a própria relação com o sagrado que o ajuda a transcender as misérias e mazelas cotidianas, manifesta em forma de religiosidade popular (i e iv).

Um aspecto bastante relevante aqui é a construção contrastiva da afirmativa “choro em Yorubá / Mas oro por Jesus”. A dimensão opositiva vai muito além do marcador lexical e sintático, o uso da conjunção adversativa “mas”. Afinal, a emoção e alma desse ‘eu’ manifestam-se na língua mãe (Yorubá); enquanto sua razão e corpo recorrem à linguagem doutrinária (o apelo a Jesus; seja para ser possivelmente ouvido, seja para livrar-se dos dolorosos castigos).

3.5 Um outro corpo: _ “*O conto de um cantor ... Com voz do pelourinho / E ares de senhor / Cantor atormentado / Herdeiro sarará*”.

Por fim, se despidendo de mediações, o poeta apresenta-se diretamente a quem ouve ou lê como um outro ‘eu’. Em perspectiva comparativa e com olhar profundamente perspicaz (clarividente, lógico, crítico), o autor se faz presente na narrativa poética. Aqui, sem meias palavras, sua vida e obra é parte (contexto) do próprio texto (ii).

Esse outro corpo, seu corpo, apresenta-se pleno de alteridades, especialmente, em relação ao corpo escravizado. Chico Buarque de Holanda, um contista, um cantor que canta um suplício, um exemplo de branquitude e de alma agoniada. Mas, acima de tudo, um “chico brasileiro”, branco, galego, mestiço, mais ou menos “sarará” (Gouveia, 2026a).

4 “Deus lhe pague”. Breves considerações finais

Assim como a genialidade do artista e de “*Sinhá*” (letra e música), vale destacar a qualidade crítica da literatura de referência ao exercício reflexivo realizado, endossando questionamentos e argumentos comuns ao nosso grupo e agenda de trabalho.

Em breves pinceladas, cabe apontar, também, desdobramentos possíveis à sucinta interpretação apresentada. A busca por interpretar um discurso artístico, criativo e, portanto, poético, inscreve-se na ideia de ‘repensar’ o Brasil. Imagens, imaginários e imaginações que retratam nosso maior pecado e pior mazela: o crime legal, moral, ético e civilizacional da Escravização.

Pela via da emoção, afetados, compreendemos que os embates subjetivos experienciados pelo escravizado representado na canção apontam para a moralidade desse ‘canto-apelo’. Uma procura de mínimo ‘reconhecimento’ (social) e afirmação positiva de um corpo aviltado, negado e silenciado aos olhos de muitos, notadamente, pelo olhar do ‘senhor’ e/ou da ‘senhora’.

Guardadas as proporções, (re)conhecer afetiva e dialeticamente processos eivados de moralidade e dispositivos identitários interacionais e intercambiados *tanto* permite atualizar e qualificar reivindicações presentes *quanto* concorre para melhor compreendê-las e, quiçá, encontrar soluções políticas e sociais que “passem a limpo” nosso passado e presente (Souza, 2019, 2024; Oliveira, 2023; Barros, 2024).

Em síntese, ‘repensar o Brasil’ aqui, assim, foi caminho apenas iniciado e, portanto, inacabado, ávido por se alastrar. Espera-se que este exercício interpretativo possibilite, modestamente, responder a parte dos muitos desafios de compreender sensivelmente a sociedade que nos forja; nossas vítimas, nossos algozes e, portanto, a nós mesmos. E, mais, que inspire nossos ‘pares’ e ‘ímpares’ a revisitar essa história. “Evoé, jovens à vista”.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal, 2010.

BARROS, Douglas. *O que é identitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 2024.

CHAUÍ, Marilena. (2018b). Considerações Sobre a Democracia e alguns dos Obstáculos à Sua Concretização. [Http://Www.Polis.Org.Br/Seminario/Para_Coloquio_Polis.Htm](http://Www.Polis.Org.Br/Seminario/Para_Coloquio_Polis.Htm).

CLIFFORD, Geertz. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOUVEIA, Patrícia. “Atributos do corpo escravizado: uma sucinta interpretação da canção “Sinhá”, 2026a (atividade de avaliação modular).

GOUVEIA, Patrícia. “Deslocamentos físicos e existenciais: um projeto de pesquisas e muitas conexões”, 2026b (mimeo).

NOMINÈ, Bernard. *Sobre identidades e identificações*. São Paulo: Blucher, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*. São Paulo: Unesp, 2023.

PARETO, Lindener. “O Brasil não é para principiantes”. In *Crônico e Anacrônico: escritos de um operário do tempo e do fim do mundo como a gente conhece*. Autonomia Literária - 9786554970556.

ROCHA, Joao Cezar de C. *Exílio Como Forma: Gonçalves Dias e o Dilema Brasileiro*. Belo Horizonte, MG. Autêntica Editora.

RESENDE, V. Por uma linguística do sensível: perspectivas sobre linguagem e sociedade e o estatuto do corpo. Chamada CNPq/MCTI N 44/2024 – UNIVERSAL.

SCHWARCZ, Lilia. (2019). *Autoritarismo no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

SCHWARCZ, Lilia. (2024). *Imagens da Branquitude: A Presença Da Ausência*. São Paulo, Companhia Das Letras.

SEGAL, Elizabeth. (2023). *Social Empathy*. New York: Columbia University Press.

SOUZA, Jessé. *O Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SOUZA, Jessé. *O pobre de direita*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
